



Transparência Online das Informações de Organizações do Terceiro Setor

Leonardo Flach
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
leonardo.flach@gmail.com

Nadimi Negrão La Rosa
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
nadimilarosa@gmail.com

Diego Rafael Stüpp
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
diegostupp@brturbo.com.br

Resumo

De acordo com as últimas pesquisas do IBGE, entre 2006 e 2010, o crescimento de associações e fundações privadas sem fins lucrativos no Brasil foi de 8,8%; em consequência, cresce também a concorrência por captação de recursos. Uma maior transparência de informações é significativamente importante para que as organizações sem fins lucrativos adquiram confiança e, por conseguinte, mais colaboradores (MEYER; FERRARI; ZOEBELI, 2012). A partir dessa premissa, e de que na atual realidade a internet consiste em um veículo informativo de fácil acesso, larga difusão e integração, o presente trabalho objetiva analisar o nível de transparência *online* de organizações do terceiro setor na Região Sul do Brasil. Foram selecionadas 50 organizações de cada estado, obtidos por disponibilidade na internet, e aplicado sobre suas páginas um levantamento de itens de informações com base em um questionário elaborado com importância organizacional e contábil. Os resultados obtidos indicam que o nível de evidenciação é relativamente baixo e carece-se de desenvolver ferramentas mais eficientes e acessíveis de busca e obtenção de informações dessas organizações, além da necessidade de maior normatização e fiscalização neste setor.

Palavras-chave: accountability; transparência; terceiro setor.

Introdução

É cada vez mais evidente a demanda social por transparência nas organizações de terceiro setor. Isto se deve pela forte atuação e impulso de âmbito social e econômico e pelo fato de haver larga incidência de fraudes por parte de muitas organizações neste meio (RODRÍGUEZ; PÉREZ; GODOY, 2012). Neste contexto, quanto mais completa for a divulgação de informações por parte destas organizações, melhor será a participação e colaboração da sociedade e dos Entes Públicos para com esta. A Internet é considerada uma ferramenta de comunicação estratégica na divulgação de informações devido à sua disponibilidade, baixo custo e acessibilidade. Entretanto, ainda não é plenamente utilizada nestas circunstâncias.

Garantir a transparência e autenticidade de uma organização do terceiro setor consiste em aspectos de essencial importância para as partes interessadas. Ou seja, tanto para a entidade





quanto para usuários externos, tais como os doadores, beneficiários, prestadores de serviços ou autoridades. Os principais recursos dessas organizações são originários de prestação de serviços, doações e contribuições públicas nacionais, desse modo, é importante para os respectivos provedores destas fontes, terem resposta sobre os investimentos por meio de divulgação clara e precisa.

A preocupação por maior transparência na gestão das entidades públicas e privadas tem se transferido também para o terceiro setor, devido à contribuição e representatividade deste para com a sociedade. Outra razão que justifica a necessidade de transparência é a ocorrência de fraudes neste meio, como adulteração das demonstrações financeiras e organizações de “fachada”, a fim de usufruir de privilégios e isenções e atender interesses próprios (OLAK; NASCIMENTO, 2010). Além desses fatores pode-se citar também a promoção das próprias entidades que, ao apresentarem transparência, transmitem credibilidade e ainda podem divulgar orientações para recebimento de doações e contribuições diversas.

O fato de poucas organizações que integram o Terceiro Setor publicarem seus demonstrativos financeiros e pela gama distinta de instituições e, assim, diversidades na apresentação de relatórios e dados diversos, chamou atenção para a necessidade de se identificar o atual grau de evidenciação de informações por essas entidades. Tendo em vista que os princípios gerais que definem os objetivos das atividades realizadas por essas organizações apresentam similitude e estas são guiadas por um bem comum, este trabalho tem a proposta de identificar o nível de transparência de alguns grupos de organizações do Terceiro Setor sob vários aspectos, por meio de suas páginas na internet.

As vantagens em utilizar a internet como meio de divulgação e comunicação são consideráveis, dentre estas pode-se apontar o baixo custo, a disponibilidade e a facilidade em atualizar informações. Já utilizada pelos demais setores, a relação entre organização e *stakeholders* têm apresentado melhoras desde o emprego da internet (RODRÍGUEZ; PÉREZ; GODOY, 2012). Esta permite que os indivíduos troquem informações em tempo real, alcancem o conhecimento de forma rápida e acessível, além de outros tantos benefícios obtidos de forma organizada e eficiente. Em vista disso, o tema abordado neste trabalho decorre da transparência *online* das informações financeiras e organizacionais das instituições do Terceiro Setor, e permite responder a seguinte questão problema: Qual é o nível de transparência *online* apresentado pelas organizações do terceiro setor da Região Sul do Brasil?

Pelo caráter contributivo que as organizações de Terceiro Setor vêm desempenhando na sociedade, com influências políticas e econômicas, é fundamental ter em consideração uma irrepreensível imagem. Com este propósito, de buscar maior legitimidade e clareza das informações, optou-se por efetuar uma análise do nível de divulgação de informações disponíveis pelas organizações foco deste estudo. Considera-se neste estudo que a internet é uma ferramenta de exposição das informações de resultado tanto nos demais setores e, recentemente, tem se expandido também para o terceiro setor. Com base neste argumento, a internet consiste em um interessante foco para a realização de estudos científicos nesta temática.

O valor informativo dos dados contábeis proporciona ferramentas importantes de garantia e qualidade das entidades. Não obstante, um estudo sobre a transparência neste setor pode contribuir para um maior aprofundamento e despertar o interesse sobre o assunto, além de gerar futuras e aprimoradas pesquisas na área.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inicialmente, neste capítulo, são verificados conceitos sobre terceiro setor e posteriormente procura-se esclarecer sobre a importância da transparência neste.

2.1 TERCEIRO SETOR

Como outras tantas expressões hoje utilizadas, “terceiro setor” é uma tradução do inglês “*third sector*” muito usual em países como os Estados Unidos, assim como “*voluntary sector*”, em contraste com o setor público e o privado. Já em grande parte da Europa se utiliza o termo *Non-Governmental Organization* (NGO’s), ou, traduzindo, Organizações Não Governamentais (ONG’s no Brasil), por influência das Organizações das Nações Unidas (ONU), que assim qualificava as entidades internacionais sem fins lucrativos que não representavam seus países, (ALBUQUERQUE, 2006). A seguir serão esclarecidas as principais diferenças entre ONGs e as demais categorias de escopo social enquadradas no Terceiro Setor.

O terceiro setor é composto pelas entidades privadas que atuam em atividades complementares às atividades públicas, visando o bem comum da população, assim como amenizar os problemas sociais existentes. Suas atividades não são caracterizadas pela coerção, ou seja, não são impostas tampouco visam o lucro, mas objetivam apenas atender às necessidades coletivas ou públicas. (ALMEIDA; ESPEJO, 2012, p. 9)

2.2 TRANSPARÊNCIA, ACCOUNTABILITY E O TERCEIRO SETOR

Do ponto de vista do setor privado, a transparência das informações é necessária para conter as assimetrias de informação entre o acionista e o administrador (LOPES; MARTINS, 2005). Tapscott e Ticoll (2005, p. 23, grifo dos autores), definem transparência como “acessibilidade, para os *stakeholders*, às informações institucionais referentes a assuntos que afetem seus interesses”. Também alegam que, uma organização qualquer que obtém privilégios e vantagens junto a clientes, fornecedores, funcionários e principalmente ao governo, e depende desses para atingir seus objetivos, tem a obrigação de retribuir de forma recíproca certas responsabilidades, buscando opiniões e considerações sobre os compromissos estabelecidos. Desse modo, para um crescimento próspero e duradouro a empresa deve trabalhar em conjunto com os *stakeholders* e criar um ambiente de confiança, fundado na transparência.

O termo *Accountability* segundo explica Coelho (2005) vem do termo inglês *accountable*, que significa “responsável”. Isso quer dizer que se assume uma postura de responsabilidade diante de suas decisões, assumindo-se os riscos e consequências por estas. A autora alega que para uma organização do Terceiro Setor se enquadrar como *accountable* ela precisa prestar contas aos usuários, no intuito de preservar sua reputação perante estes, e ainda completa que esta “deve estar “aberta” à fiscalização em todos os aspectos gerenciais” (COELHO, 2005, p. 172, grifo da autora). Portanto admitir-se *accountable* é responsabilizar-se por algo, a fim de manter a reputação sólida, e *accountability* está baseado na ideia de relação de responsabilidade entre duas



partes. Uma deve evidenciar suas atividades a outra com o objetivo de manter esse vínculo de responsabilidade e respeito.

Por conseguinte, é primordial para a manutenção do bom desempenho das organizações do terceiro setor estar em retidão e conformidade com as melhores práticas de gestão e legitimidade, bem como verificar os mecanismos de controle que evitam a má gestão, regulamentadas pelo Estado e em consoante com os interesses da sociedade, que é a principal interessada em sua existência.

2.3 INDICADORES DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Para realização deste trabalho foram adotados alguns critérios decisivos para indicar transparência. Estas categorias estão separadas por Aspectos Organizacionais e Aspectos Contábeis, sendo estes, condições para constituição de uma organização. A seguir serão expostas as fundamentações que nortearam a seleção destes itens para aplicação da pesquisa e análise.

2.3.1 Aspectos Organizacionais

Ao analisar uma organização qualquer é necessário considerar certas particularidades. Culturalmente nenhuma organização será idêntica à outra, mesmo que o campo de atuação seja o mesmo, existem diversas características objetivas e subjetivas que as tornam individuais. Seja historicamente, nos procedimentos operacionais, na missão, visão e valores pessoais, assim como outros aspectos físicos e regionais, que influenciam em sua condição de desenvolvimento e prosperidade.

Essa cultura organizacional, com seus princípios, valores e obrigações, deve mover-se em sintonia com os agentes externos, principalmente aqueles dos quais possuem interesse na qualidade da organização e fazem parte de seu ambiente (CROZATTI, 1998). É de interesse da coletividade que haja transparência naquilo em que a organização sustenta, portanto conhecer os preceitos que a movem é de real importância. Segundo Morgan (2009) a estrutura de uma organização, ligada aos seus artefatos culturais, influencia a forma de como as pessoas que estão nela inseridas pensam e reagem no trabalho, e assim transparece a realidade dentro da organização.

Ao incluir os aspectos organizacionais como fator relevante à transparência das organizações, optou-se neste trabalho por separar entre aspectos de cunho Institucional e de Atividades, tanto para melhor visualização como também pelo fato de serem de importância distinta.

2.3.1.1 Institucional

Conforme Tapscott e Ticoll (2005) “a transparência consiste em informações sobre uma dada organização, disponibilizadas para o público ou para outras organizações”. Os autores logo





questionam quais seriam essas informações, e de que maneira estas seriam obtidas. As informações de caráter institucional buscam expor a forma de natureza jurídica e substancial de como a organização está estruturada.

O Estatuto delibera a estrutura da entidade, de como ela é organizada. Conforme expressa Rangel (2010) em sua pesquisa, a elaboração do Estatuto é a etapa principal da constituição de uma organização sem fins lucrativos, é lá que se estipula como a entidade se organizará, portanto dispor de tal informação é uma falha de responsabilidade para com a sociedade.

A informação sobre a equipe da qual constitui a organização é fundamental para se ter conhecimento de quem está à frente dos planejamentos e propostas definidas por esta, principalmente se a organização é de caráter social, ou seja, que interfere na realidade de uma sociedade. Conforme Rangel (2010, p. 14), “a divulgação dos nomes dos associados é de fundamental importância para que o perfil e a legitimidade daqueles que compõem a organização sejam plenamente conhecidos pelo público”. O Manual de Procedimentos Contábeis Para Fundações e Entidades de Interesse Social (CFC, 2008) enfatiza que deve ser indicado em estatuto, tanto das associações como das fundações, os nomes que compõe o regimento interno da organização assim como também a localização da sede desta.

Apresentar a História da organização contribui para que os *stakeholders* conheçam e se envolvam com sua filosofia e dedicação. Saber de onde se veio é fundamental para apontar aonde se quer chegar. Nadler et al (1993) apontam a história como um dos aspectos do ambiente da organização que afetam seu funcionamento, pois seus eventos passados refletem no que ela é hoje. Ainda destacam a importância de se conhecer a evolução da empresa a fim de compreender os fatores que contribuíram para seu desenvolvimento e influenciaram suas decisões até o momento. Não é concebível que uma organização seja transparente se não deixar claros os motivos que levaram a sua existência.

Já a relevância de se evidenciar a missão de uma organização, como os demais valores, é praticamente incontestável. Segundo Olak e Nascimento (2010, p. 7), “a missão é a razão de ser de uma entidade, é o motivo de sua existência.” e ainda declaram que é a missão que diferencia a organização das outras, define suas ações e o que ela ambiciona no futuro. O Manual De Procedimentos Contábeis Para Fundações e Entidades De Interesse Social (CFC, 2008) expressa em vários momentos o papel da organização em estar engajada em sua missão, seja na captação dos fundos, na utilização dos recursos, na prática voluntária, enfim, no desempenho global da entidade.

Realizados os procedimentos de registro da entidade, a inscrição desta no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) deverá ser providenciada (SZAZI, 2006). De acordo com Rangel (2010), cada vez mais tem aumentado o rigor por parte dos órgãos financiadores e demais doadores para com estas instituições. Com esse nível de exigência, apresentar documentos de registro demonstra maior autenticidade das atividades da organização. Com relação a importância em se evidenciar informações como Inscrições Municipal e Estadual e Certidões Negativas, a autora salienta que atestar em regularidade com as fazendas públicas é significativo a fim de exibir atividades legítimas e finanças dignas de confiança.

Para justificar o quão importante é as organizações citarem uma agenda ou informativo em suas páginas da internet, Albuquerque (2006) comenta que para atingir os resultados esperados é necessário antes planejar as ações de determinado projeto e determinar os processos para este fim. E ressalta que ao organizar essas atividades ao longo do tempo é preciso, portanto,





de um cronograma. Um cronograma nada mais é do que um instrumento de gestão de controle, segundo Xavier (2012), ao elaborá-lo deve se estipular as datas para acompanhar as atividades de início ao fim de um projeto. Estes podem conferir o andamento dos programas realizados pelas entidades, além de atrair outros investidores para a causa.

2.3.1.2 Atividades

Segundo Olak e Nascimento (2010), em qualquer entidade sem fins lucrativos, os agentes financeiros esperam um retorno sobre os investimentos aplicados, isto é, se a organização cumpriu com as metas sociais. Caso isso não tenha ocorrido, esta possivelmente terá seus recursos suspensos. O Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social (CFC, 2008, p. 78) explica que “O relatório de atividades é um documento circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos no período da gestão”. Por esse motivo, a apresentação de um relatório anual de atividades é uma condição para se adquirir transparência, pois indica que a organização cumpriu com os fins a que se propôs.

Ainda que a organização apresente em sua página o relatório de atividades já mencionado, é conveniente também divulgar seus programas e projetos em andamento. Esse monitoramento é uma assistência ao empreendimento demandado, e auxilia tanto a gestão de informações quanto a prestação de contas dos financiadores, a fim de gerar novas oportunidades (EHLERS; CALIL, 2004).

As atividades desempenhadas pela organização devem condizer com os objetivos defendidos por ela. Para Albuquerque (2006), os objetivos são fatores fundamentais no momento do planejamento, controle e avaliação de um projeto. Conforme Olak e Nascimento (2010, p.8), “Assim como não há empresas sem objetivos, também não há ESFL sem objetivos”, porém nestas entidades seu “objetivo fundamental é o de provocar mudanças nos indivíduos e na sociedade”, isto sem exigir lucratividade.

2.3.2 Aspectos Contábeis

O Balanço Social ainda não é obrigatório e, segundo estudo de Rangel e Melo (2009), ainda que pouco utilizada pelo Terceiro Setor, não elimina a relevância de sua publicação, pois é um importante “Instrumento o para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social”, como categoriza Rangel (2010, p. 10). A finalidade do Balanço Social é demonstrar “informações sociais e ambientais para dar ciência a sociedade do quanto uma entidade está colaborando para o bem-estar social” (MACHADO, 2010, p. 118). A autora ainda declara que esta demonstração de conter origens e aplicações dos recursos arrecadados, pode ser de natureza econômica ou não.

Como parte essencial das Demonstrações Contábeis das entidades sem fins lucrativos (CFC, 2008), as notas explicativas complementam as informações e atribuem a estas organizações uma imagem mais transparente. De acordo com Machado (2010), as notas explicativas são extremamente significativas, de relevância qualitativa, a fim de explicitar todos os pormenores das atividades realizadas por esta, assim como também especificar suas operações



contábeis. As notas auxiliam os usuários a melhor compreender as demonstrações contábeis apresentadas e também às complementam (OLAK, NASCIMENTO, 2010).

Essencial também é atualizar todos estes relatórios para uma devida transparência. Apenas dispô-los sem considerar as últimas mudanças e ocorrências não tem sentido algum, ou seja, não respeitar a tempestividade da divulgação à informação perde sua relevância. Lunkes e Schnorrenberger (2009) ao relatarem sobre a importância da periodicidade não apenas no aspecto legal, mas também para atender aos usuários externos explicam que “Os **doadores** das organizações sem fins lucrativos necessitam acompanhar a evolução dos resultados, para verificar se os objetivos a que a sociedade se propõe então sendo atingidos” (2009, p.23, grifo dos autores).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com o intuito de cumprir com os objetivos deste trabalho, optou-se por uma pesquisa descritiva, realizada em duas etapas, com abordagem quantitativa e qualitativa. A primeira etapa, de cunho quantitativo, é uma pesquisa *survey* (pesquisa de levantamento), que parte da ideia de identificar e analisar organizações de Terceiro Setor disponíveis no site de busca do *Google*.

Por meio de amostragem não probabilística intencional, optou-se como critério para delimitar a amostra, abordar na primeira etapa da pesquisa as organizações que tivessem páginas na internet, listadas no site de busca filtrado por região de interesse.

Seguindo os procedimentos propostos no estudo dos autores Rodríguez, Pérez e Godoy (2012) e Rangel (2010), uma das formas de análise destes dados será pela formação de itens de divulgação de informação e verificar o nível de apresentação destes itens nas páginas web da organização.

Tendo considerado que a transparência *online* implica fornecer informações gerais, esses itens estão dispostos em duas seções: aspectos organizacionais, que se divide em duas categorias, sendo estas: Institucional e Atividades; e aspectos contábeis. Cada uma destas seções contém vários itens, a fim de atribuir uma pontuação: se o item aparece na página web é atribuído "1" e se o item não aparece é atribuído "0". Para avaliar cada seção, a soma do número total de itens exibidos na página da organização é dividida pelo número total de itens que devem ser divulgados.

O trabalho tem seu desenvolvimento apoiado por uma pesquisa bibliográfica e um estudo que envolve o levantamento de dados sobre o tema apresentado. O tema está abordado de forma qualitativa, efetuando uma análise sobre os resultados observados no decorrer do trabalho. Determinaram-se como foco de pesquisa as associações e as fundações privadas e de benefício público, sendo estas as possíveis modalidades jurídicas das entidades sem fins lucrativos, podendo estender para qualquer qualificação e titulação, sendo que o fator principal é a disponibilidade e acessibilidade destas. Em vista da limitação em aplicar um trabalho extenso por toda região do país, foi utilizado como campo de pesquisa a Região Sul.

A segunda etapa da coleta de dados possui cunho qualitativo. Nesta etapa foi selecionada uma amostra de organizações listadas, já analisadas na primeira etapa e verificadas na segunda. São examinadas as organizações que apresentaram maior transparência, conforme as condições



propostas, com o propósito de apontá-las como modelo de referência, e mencionado outras informações e relatórios evidenciados pelas organizações pesquisadas. Por fim, apresentar possíveis propostas de melhoria de acordo com análises e observações efetuadas no decorrer da pesquisa e apontar ferramentas que vêm igualmente buscando essa melhoria.

Assim, acerca dos itens a serem considerados relevantes para maior apresentação de transparência nas respectivas páginas das organizações de estudo, chegou-se ao quadro a seguir:

Quadro 1 Indicadores de Divulgação de Informação online aplicado às organizações de pesquisa

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS
Institucional
1. O site contém o Estatuto?
2. O site identifica a Equipe e Direção (Associados, Conselho de Direção, Conselho Fiscal e Coord. Executiva)?
3. O site apresenta Títulos e Certificados, e registro nos conselhos que a organização possui?
4. O site contém o Histórico?
5. O site apresenta a Missão, Visão e valores?
6. No site está exposta Localização (Endereço completo)?
7. O site informa qual o CNPJ da organização?
8. O site informa qual a Inscrição Municipal e Estadual e Certidões negativas da organização?
9. O site contém a Agenda e/ou informativo?
Atividades
10. O site contém o Relatório anual de atividades?
11. O site apresenta os Programas e projetos realizados e em andamento?
12. O site apresenta quais os Objetivos sociais da organização?
ASPECTOS CONTÁBEIS
13. O site apresenta o Balanço social?
14. O site especifica ou informa quais as Fontes de financiamento da organização?
15. O site apresenta o Balanço Patrimonial da organização?
16. O site apresenta Demonstração do Superávit ou Déficit do Período da organização?
17. O site respeita a Adequação das Nomenclaturas (a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício)?
18. O site apresenta Demonstração das Mutações do Patrimônio Social?
19. O site apresenta Demonstração de fluxo de caixa do período?
20. O site apresenta Notas Explicativas?
21. Os Relatórios apresentados apresentam atualizações?
22. O site divulga o Parecer da Auditoria?

Fonte: Dados da pesquisa

Para esta pesquisa foi delimitada uma amostra de 50 sites para cada Estado, encontrados por estarem disponíveis. Quando não se pôde atingir essa cota logo de imediata investigação no *Google*, outras ferramentas de pesquisa foram utilizadas, sendo estas páginas guias e portais hospedeiros para buscas e pesquisas diversas.



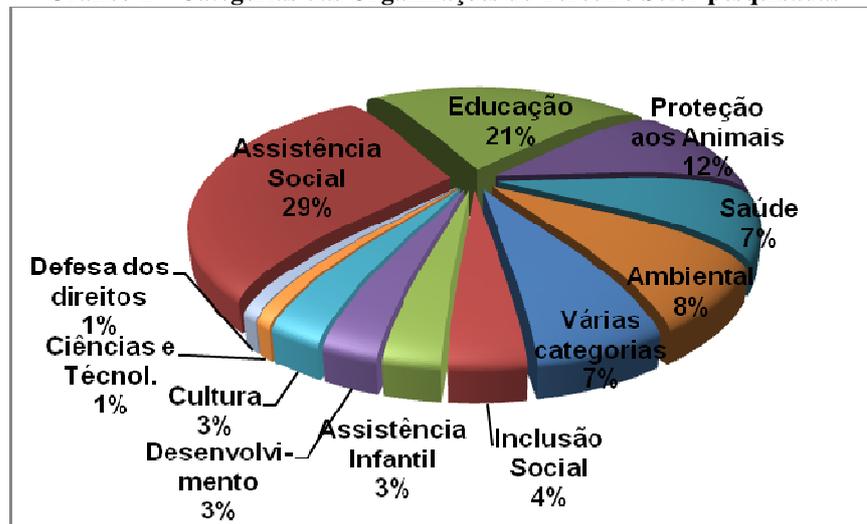
4 ANÁLISE DOS DADOS

Para alcançar o objetivo principal do trabalho, que é analisar o nível de transparência *online* das organizações obtidas, foram separados os itens para melhor visualização dos resultados. Assim, os itens da categoria de aspectos organizacionais foram divididos em dois: institucional e atividades, e ponderados individualmente. Em seguida são analisados os resultados obtidos referente os aspectos contábeis, e então foi possível fazer as considerações gerais do estudo efetuado, assim como demais observações a respeito da pesquisa, como limitações e proposição de aprimoramento.

4.1 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES

Observa-se que nesta seleção foi predominante a obtenção de organizações típicas de Assistência Social, sendo de 29% das 150 analisadas. A seguir, as que se fizeram frequentes foram as de cunho educacional, 21%, proteção aos animais, 12%, de caráter de saúde e ambiental, com frequência de 7% e 8%, respectivamente, e as demais modalidades, inclusão social, assistência infantil, cultura, ciências e tecnologias, desenvolvimento e defesa dos direitos humanos surgiram com menos de 4% de notoriedade. Destaca-se que 7% das organizações encontradas não apresentam característica definida, sendo o foco de atuação mais de um. O Gráfico 1 apresenta o percentual das modalidades de organizações encontradas durante a pesquisa.

Gráfico 1 – Categorias das Organizações de Terceiro Setor pesquisadas



Fonte: Dados da pesquisa.

Em suma, as atividades desempenhadas pelas organizações de assistência social englobam bem estar social de crianças, jovens, adultos, idosos ou deficientes, no auxílio material ou emocional. Em Educação estão classificadas as organizações direcionadas à pesquisa e que



ofereça educação e treinamento profissional. Dentro da modalidade de saúde estão inseridas as diversas organizações de assistência à saúde, como hospitais, emergências, reabilitações e asilos (de idosos ou de saúde mental) assim como assistência emocional a enfermos. Dentre as várias categorias, podem-se citar organizações voltadas à assistência social e à saúde, educação e cultura e proteção aos animais e ao meio ambiente. Outra modalidade que vale mencionar é a de desenvolvimento, integrada pelas organizações de desenvolvimento econômico e social, além de buscar melhorias em uma dada comunidade ou ambiente.

4.2 ANÁLISE DOS ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

A seguir é feita análise separadamente dos itens que compõem os aspectos organizacionais, sendo estes os de característica institucional e de atividade, para melhor observação dos respectivos desempenhos.

4.2.1 Análise dos Aspectos Institucionais

A Tabela 1 indica o desempenho das organizações de terceiro setor analisadas, separadas por Estado, item a item de característica institucional. Nota-se nas organizações do Rio Grande do Sul, que as informações predominantes nas páginas analisadas foram as de missão, visão e valores e de localização da organização, 96% e 92% de ocorrência respectivamente. Em contrapartida, nenhuma das organizações apresenta informação sobre inscrição municipal e estadual, nem menciona sobre isenção ou qualquer certidão negativa que possua. Outro item que menos apareceu nestas organizações foi o estatuto, 20% indicado pelas organizações, sendo que sua apresentação deveria ser mais expressiva, devido sua característica jurídica.

Tabela 1 – Nível de divulgação de informação Institucional das organizações pesquisadas

INDICADORES DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	RS		SC		PR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Institucional	52,44%		56,89%		54,89%	
1. O site contém o Estatuto?	10	20%	18	36%	20	40%
2. O site identifica a Equipe e Direção (Associados, Conselho de Direção, Conselho Fiscal e Coord. Executiva)?	34	68%	38	76%	34	68%
3. O site apresenta Títulos e Certificados, e registro nos conselhos que a organização possui?	16	32%	21	42%	26	52%
4. O site contém o Histórico?	42	84%	42	84%	41	82%
5. O site apresenta a Missão, Visão e valores?	48	96%	29	58%	33	66%
6. No site está exposta Localização (Endereço completo)?	46	92%	40	80%	41	82%
7. O site informa qual o CNPJ da organização?	17	34%	27	54%	19	38%
8. O site informa qual a Inscrição Municipal e Estadual e Certidões negativas da organização?	0	0%	5	10%	5	10%
9. O site contém a Agenda e/ou informativo?	23	46%	36	72%	28	56%

Fonte: Dados da pesquisa.



Nas organizações do estado de Santa Catarina, a apresentação do estatuto foi um pouco mais significativa, sendo informado por 36% das organizações analisadas. O item 8, sobre inscrições municipal e estadual e certidões negativas, em Santa Catarina foi apresentado por 10% das organizações pesquisadas, mas ainda assim é o item menos informado pelas organizações. Destaque para apresentação do histórico nestas organizações e também localização, com 84% e 80% de frequência respectivamente.

Na análise do estado do Paraná, pode-se destacar maior apresentação do estatuto, exposto por 40% das organizações, e indicação de títulos e certificados, 52%, índice maior comparado com os outros estados estudados. Histórico e localização mantêm-se comumente como itens mais informados. Assim como nas organizações de Santa Catarina, 10% das organizações pesquisadas do Paraná apresentaram informações de inscrição municipal e estadual ou certidão negativa.

4.2.2 Análise de informações de Atividades

A média das informações de aspecto organizacional foi melhor evidenciada em nível de atividade do que em nível institucional. Das três informações buscadas nas páginas das organizações do Rio Grande do Sul, a que mais se pode encontrar foi sobre os objetivos sociais buscados por meio das atividades desempenhadas pelas organizações, onde 100% das entidades apresentaram seus objetivos em suas páginas de internet. Os demais itens, Relatório anual de atividades e Programas e projetos realizados e em andamento foram evidenciados por 30% e 88% das organizações nessa ordem, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – Nível de divulgação de informações de Atividades das organizações pesquisadas

INDICADORES DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	RS		SC		PR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Atividades	72,67%		70%		64,67%	
10. O site contém o Relatório anual de atividades?	15	30%	17	34%	10	20%
11. O site apresenta os Programas e projetos realizados e em andamento?	44	88%	46	92%	42	84%
12. O site apresenta quais os Objetivos sociais da organização?	50	100%	42	84%	45	90%

Fonte: Dados da pesquisa.

Já em Santa Catarina, o resultado encontrado para evidenciação do Relatório anual de atividades foi o maior dos três estados, 34% das organizações analisadas exibem-no em suas páginas de internet. O mesmo acontece com o item de programas e projetos realizados e em andamento, maior índice da Região Sul dentre as organizações pesquisadas, 92% apresentam esta informação. Contudo, em relação à divulgação dos objetivos sociais da organização, nota-se que o nível mais baixo é para as entidades pesquisadas em Santa Catarina.

Logo, as organizações analisadas no estado do Paraná foram as que apresentaram menores graus de divulgação no quesito de informação sobre atividades, com exceção da evidenciação dos



objetivos sociais, sendo apresentado por 90% das organizações estudadas contra 84% das organizações de Santa Catarina.

Neste aspecto as organizações levantadas do Rio Grande do Sul tiveram maior destaque, sendo evidenciado por 72,67% destas, enquanto estas informações foram apresentadas por 70% das organizações estudadas de Santa Catarina e 64,67% das organizações do Estado do Paraná.

4.3 ASPECTOS CONTÁBEIS

A Tabela 3 aponta sobre os resultados obtidos acerca dos aspectos contábeis das organizações analisadas na Região Sul. Com relação ao estado do Rio Grande do Sul pode-se observar que apenas 13,20% das informações de pesquisa foram apresentadas pelas organizações, sendo o menor resultado da Região Sul.

Das 50 entidades analisadas neste estado, como pode-se perceber na Tabela 3, 8% apresentam Balanço social do período, 12% apresentam Balanço Patrimonial, 10% destas apresentam Demonstração do superávit ou déficit do período e apenas 10% cumprem com a adequada terminologia diferenciada para as organizações do Terceiro Setor. Os índices mais baixos de informação foram da Demonstração de Fluxo de caixa e Parecer da Auditoria, ambas apresentadas por 6% das organizações, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social e Notas explicativas, indicadas por 4% e 2% das organizações, respectivamente. Dos relatórios identificados apenas 8% são atualizados. A maioria das organizações analisadas neste estado (66%) informa sobre as fontes de financiamento, porém menos de um quinto destas expõem a destinação destes recursos.

Tabela 3 – Nível de divulgação de Aspectos Contábeis das organizações pesquisadas

INDICADORES DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	RS		SC		PR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ASPECTOS CONTÁBEIS	13,20%		25%		22,20%	
13. O site apresenta o Balanço social?	4	8%	8	16%	4	8%
14. O site especifica ou informa quais as Fontes de financiamento da organização?	33	66%	37	74%	39	78%
15. O site apresenta o Balanço Patrimonial da organização?	6	12%	15	30%	12	24%
16. O site apresenta Demonstração do Superávit ou Déficit do Período da organização?	5	10%	14	28%	12	24%
17. O site respeita a Adequação das Nomenclaturas (a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício)?	5	10%	9	18%	10	20%
18. O site apresenta Demonstração das Mutações do Patrimônio Social?	2	4%	8	16%	6	12%
19. O site apresenta Demonstração de fluxo de caixa do período?	3	6%	10	20%	7	14%
20. O site apresenta Notas Explicativas?	1	2%	8	16%	6	12%
21. Os Relatórios apresentados apresentam atualizações?	4	8%	11	22%	9	18%
22. O site divulga o Parecer da Auditoria?	3	6%	5	10%	6	12%

Fonte: Dados da pesquisa.



O cenário é um tanto melhor no estado de Santa Catarina como pode-se verificar na Tabela 3. O Balanço Social, Balanço Patrimonial e Demonstração do Superávit ou Déficit do Período foram indicados por 16%, 30% e 28% das organizações analisadas neste estado. Quanto à adequação das nomenclaturas, apenas 18% atenderam este item. A Demonstração do Fluxo de Caixa teve uma frequência também maior, em 20% das organizações, enquanto que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e as Notas explicativas foram, ambas, divulgadas em 16% das organizações. O Parecer da Auditoria foi apresentado por 10% das entidades e o nível de atualização dos relatórios foi de 22%. As Fontes de financiamento são informadas por 74% das organizações, outra vez é um índice bastante alto para desconsiderar a importância de evidenciar a aplicação destas fontes.

No estado do Paraná, o nível de divulgação das informações de aspectos contábeis nas organizações ficou entre os outros dois estados analisados. Conforme a Tabela 3, o item que mais se destaca nas organizações analisadas do estado do Paraná com relação aos outros dois estados é o Parecer da Auditoria, apresentado por 12% das organizações. Outro item com maior frequência é o de indicação sobre as fontes de financiamento, contida nas páginas dos sites de 78% das organizações do estado do Paraná, 18,19% a mais que as organizações do Rio Grande do Sul e 5,41% a mais que em Santa Catarina.

Apesar da categoria de informar as fontes de financiamento, ter sido predominante nas organizações do Paraná, as demonstrações e relatórios não acompanharam tal constância. Tanto o Balanço Patrimonial quanto a Demonstração do Superávit ou Déficit do período foram apresentados por 24% das organizações, enquanto o Balanço Social por apenas 8%. A Demonstração de Fluxo de caixa apareceu em 14% das entidades e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e Notas Explicativas em 12%.

Outro item que merece destaque é o respeito pela adequação às nomenclaturas específicas para essas organizações, apresentada por 20% dentre as analisadas. Das organizações que dispõem seus relatórios em suas páginas, 18% os mantêm atualizados.

4.4 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO GERAL

Neste trabalho a amostragem geral é composta por 150 organizações sem fins lucrativos, abrangidas uniformemente pela Região Sul. Na tabela 4 pode-se verificar o desempenho geral das organizações analisadas em cada estado.

Tabela 4 – Nível de divulgação geral de informações - comparação Região Sul

INDICADORES DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	RS		SC		PR	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
ASPECTOS GERAIS DAS ORGANIZAÇÕES	37,36%	62,64%	44,18%	55,82%	41,27%	58,73%
ASPECTOS ORGANIZACIONAIS	31,36%	23,18%	32,82%	21,73%	31,18%	23,36%
Institucional	21,45%	19,45%	23,27%	17,64%	22,45%	18,45%
Atividades	9,91%	3,73%	9,55%	4,09%	8,82%	4,82%
ASPECTOS CONTÁBEIS	6,00%	39,45%	11,36%	34,09%	10,09%	35,36%

Fonte: Dados da pesquisa.



Nota-se que as organizações analisadas no estado de Santa Catarina apresentam maior divulgação de informação seja em aspecto organizacional ou contábil. Portanto, em termos de resultado desta pesquisa, é o estado em que as organizações apresentam um nível de transparência maior da Região Sul. Entretanto os níveis de divulgação de informação são consideravelmente baixos, menos de 50% das informações requeridas em ambos estados.

No estado do Rio Grande do Sul, de 37,36% das informações obtidas 31,36% equivalem a informações de aspecto organizacional e apenas 6% de aspecto contábil, sendo este último o menor índice dos três estados. As organizações pesquisadas neste, somente atingiram maior índice de informações pertinentes às atividades, 9,91% dentre os itens de análise. Em Santa Catarina, das informações buscadas nas organizações pesquisadas 44,18% foram alcançadas em que 32,82% referem-se a aspectos organizacionais e 11,36% de aspectos contábeis. Já no Paraná, das informações selecionadas, 41,27% foram obtidas, sendo 31,18% de cunho organizacional e 10,09% contábil. A nível geral, das 150 organizações pesquisadas apenas 40,94% apresentaram as informações indicadas por este trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações das organizações de Terceiro Setor têm tanto valor para os usuários como qualquer outro setor, principalmente por contribuir com a sociedade. Com a facilidade de dispor e manter uma página na internet atualmente, a distância entre organização e seus *stakeholders* tem diminuído consideravelmente. Por esta razão o foco deste trabalho foi analisar o nível de transparência *online* de uma parcela do Terceiro setor, sendo adotada a Região Sul como delimitação de pesquisa.

Foram selecionadas algumas categorias de importância informacional, como aspectos organizacionais e aspectos contábeis e aplicados em uma amostra de 150 organizações pertencentes ao Terceiro Setor, a fim de se obter um nível de evidenciação.

Após análise dos resultados obtidos, foi possível constatar que dentre os estados da região o sul o que melhor se destacou em grau de apresentação das informações foi Santa Catarina, com 44,18% de evidenciação dos itens levantados. Dos itens adotados como identificadores de divulgação de informação, o que mais se destacou de forma integral foi a indicação dos objetivos sociais de suas atividades, em aproximadamente 91% das organizações pesquisadas. Em contrapartida o que menos foi citado foram informações sobre inscrição Municipal, Estadual e certidões negativas pertinentes à entidade, com apenas 7% de ocorrência nas organizações. Com relação às informações financeiras, a informação que mais se obteve foi indicação das fontes de financiamento, por 72% das organizações, o restante ficou abaixo dos 22% de frequência, sendo o menor deles o parecer da auditoria, apresentado por 9% das entidades pesquisadas.

Portanto, ao retomar a questão problema da pesquisa: Qual é o nível de transparência *online* apresentado pelas organizações do terceiro setor da Região Sul do Brasil? Verificou-se, de forma geral, que o índice de resultados obtidos foi de 40,94% dos 22 itens selecionados, o que é considerado relativamente baixo e reflete o desconhecimento da importância da apresentação clara de informações a respeito das entidades.



Uma ferramenta de busca e obtenção de informações das organizações que integram o Terceiro Setor seria uma medida considerável para suprir a necessidade de informações, sendo fundamental estabelecer obrigatoriedade para que estas organizações publiquem suas informações dentro de período adequado, a fim de se estabelecer um padrão apropriado de transparência. Além de atender aos usuários, as organizações também se beneficiariam pelo retorno em que teriam por estarem mais acessíveis e, em consequência, abranger um público maior de interessados. No decorrer da pesquisa foi possível notar a existência de alguns meios que vêm tentando cumprir este papel, como a ABONG, Portal Transparência e o CNEs/MJ, porém ainda é reduzida a extensão de aplicação destes.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da amostra de pesquisa, aplicação de estudo comparativo entre transparência de associações e fundações ou até mesmo uma pesquisa relacionada com o nível de abrangência das atuais ferramentas disponíveis de acesso a informação de Terceiro Setor em determinada região de interesse.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. C. de. **Terceiro Setor: História e Gestão de Organizações**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2006.

ALMEIDA, V. E. de.; ESPEJO, R. A. Aspectos iniciais do terceiro setor. In:_____. **Contabilidade no Terceiro Setor**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012. p. 9-30.

ASSIS, M. S. de; MELLO, G. R. de; SLOMSKI, V.. **Transparência nas Entidades do Terceiro Setor.: A Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Mensuração de Desempenho**. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 3., 2006, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://congressousp.fipecafi.org/artigos32006/149.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2013.

COELHO, S. de C. T. **Terceiro Setor: Um Estudo Comparativo entre Brasil e Estados Unidos**. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2005.

CROZATTI, J. **Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações. Caderno de Estudos**, São Paulo, FIPECAFI, v.10, n. 18, maio/agosto 1998. Disponível em: <http://scielo.br/scielo.php?pid=S1413-92511998000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 out. 2013.

EHLERS, E. M.; CALIL, L. P. Monitoramento e Avaliação: Uma Oportunidade de Aprendizagem. In: VOLTOLINI, R. (Org.). **Terceiro Setor: Planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004. p. 103-120.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010. Estudos e pesquisas informação econômica, Rio de Janeiro, n. 20, 2012.





LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade:** Uma Nova Abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LUNKES, R. J.; SCHNORRENBURGER, D. Aspectos Fundamentais. In: _____. **Controladoria:** Na Coordenação dos Sistemas de Gestão. São Paulo: Atlas, 2009. cap. 1, p. 1-23.

MACHADO, M. R. B. **Entidades Benéficas de Assistência Social:** Contabilidade, obrigações Acessórias e Principais. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social / Conselho Federal de Contabilidade. 2. ed. reimpr. - Brasília: CFC, 2008. Disponível em: http://cfc.org.br/uparq/Manual_procedimentos2008.pdf Acesso em: set. 2013.

MEYER, B.; FERRARI, D.; ZOEBELI, D. **Transparency of NPOs' financial reporting:** A quantitative study of annual reports (Switzerland). In: *Democratization, Marketization, and the Third Sector*, 10, Siena, July 2012. Disponível em: http://c.ymdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/wp2012/b_meyer.pdf. Acesso em: set. 2013.

MORGAN, G. Criação da Realidade Social: As Organizações Vistas como Culturas. In: _____. **Imagens da Organização.** São Paulo: Atlas, 2009. cap. 5.

NADLER, D. A.; TUSHMAN, M. L. Projetos de Organizações com Boa Adequação: Uma Moldura para Compreender as Novas Arquiteturas. In: NADLER, D. A.; GERSTEIN, M. S.; SHAW, R. B. (org). **Arquitetura Organizacional:** A Chave para a Mudança Empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993. cap. 2. Tradução Waltensir Dutra.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos:** (Terceiro Setor). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RANGEL, A. **Cultura e Práticas de Transparência na Internet:** Mecanismos Adotados pelas Associadas da Abong. Disponível em: <http://abong.org.br/final/download/transparencia1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2013.

RANGEL, A; MELO, M. E. **Transparência Através da Web:** Mecanismos e Indicadores para o Fortalecimento Institucional de ONGs. Disponível em: http://napec.org.br/docs/pesquisa_transparencia_ongs.pdf. Acesso em: 26 out. 2013.

RODRÍGUEZ, M. del M. G.; PÉREZ, M. del C. C.; GODOY, M. L. **Determining Factors in Online Transparency of NGOs:** A Spanish Case Study. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 23, n. 3, september 2012.

SZAZI, E. Fundações. In: _____. **Terceiro Setor:** Regulação no Brasil. 4. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006. cap. 2, p. 35-41.





CONGRESSO UFSC *de*
Controladoria e Finanças &
Iniciação Científica em Contabilidade



TAPSCOTT, D.; TICOLL, D. A Empresa Transparente. In:_____. **A Empresa Transparente:** Como a Era da Transparência Revolucionará os Negócios. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2005. cap. 1, p. 3-37.

XAVIER, C. M. da S. (Org.); REINERT, J. H.; XAVIER, L. F. da S. Os Processos da Metodologia “Basic Methodware®” Aplicados aos Projetos de Infraestrutura de TIC. In:_____. **Projetos de Infraestrutura de TIC:** Basic Methodware. Rio de Janeiro: Brasport, 2012. cap. 3, p. 35-80.

